



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO Nº 031 /2017/ SMAS / PMCP

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO QUE ENTRE SI FAZEM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ E ELINETE MARIA MUNIZ PEREIRA** CONSOANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com inscrição no CNPJ nº 14.145791/0001-52, com endereço na Av. Marechal Deodoro da Fonseca s/n , neste ato representada pelo Prefeito Sr. **ELIAS GUIMARÃES SANTIAGO**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF nº **295.160.642-72** e RG nº: **1756632-SSP/PA**, residente e domiciliado a Rua Bezerra de Menezes nº 395 , Bairro: Centro nesta cidade de Concórdia do Pará- Estado do Pará, denominado, **CONTRATANTE; ELINETE MARIA MUNIZ PEREIRA** , brasileiro , portador do CPF/MF nº: **394.555.722-49** e RG nº:**1750941PC/PA** residente e domiciliada na **Trav das Mercedes nº 239** – Bairro: **São Bras**, nesta cidade de Belém, Estado do Pará, CEP: **66093-630**, de agora em diante denominado **CONTRATADO**, acordam e ajustam o presente **CONTRATO** referente a **Prestação de Serviços Temporários**, de acordo com as condições estabelecidas nas **Cláusulas** abaixo, que reciprocamente se outorgam e se obrigam.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:**

O presente Contrato fundamenta-se nos termos da Resolução nº 9, de 15 de Abril de 2014, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, conferida pelo art.18 da Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, pela Lei 10.836 de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, pelo Decreto 6.135 de 26 de junho de 2007, que dispõe sobre o Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal e pelo Decreto nº 7.334, de 19 de outubro de 2010 que institui o Censo do Sistema Único de Assistência Social – Censo SUAS, art. 154 da Lei Orgânica do Município de Concórdia do Pará, regulamentado pelas Leis Complementares nº 062/93, de 24 de junho de 1993 e Lei nº 156/98, de 24 de junho de 1998, observado os Princípios Constitucionais da Isonomia, Legalidade, Impessoalidade, Publicidade e Moralidade, **considerando a insuficiência de pessoal para execução de serviços sociais.**

**CLÁUSULA SEGUNDA – CARGO E LOTAÇÃO:**

O contratado prestará os serviços de **PSICOLOGA**, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, fazendo atender as determinações da **Contratante** e da divisão a qual está subordinado, no que concerne ao desempenho e desenvolvimento dos serviços objeto do presente Contrato, inclusive de emergências para que for requisitado.

**CLÁUSULA TERCEIRA – PERÍODO E PRORROGAÇÃO:**

O prazo de validade deste Contrato é de 12 (doze) meses, tendo como termo inicial o dia 01 de janeiro de 2017 e o final o dia 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

**CLÁUSULA QUARTA – VENCIMENTO E CARGA HORÁRIA:**

Durante o período mencionado na **Cláusula Terceira**, a **Contratada** receberá como remuneração mensal bruta a quantia de **R\$ 1.541,00** (Hum Mil, Quinhentos e Quarenta e um Reais), ficando obrigado (a) a prestação de serviços à **Contratante**, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 08:00 às 14:00 horas.

**Parágrafo Único:** As despesas referentes ao pagamento deste Contrato correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária: **2050** Fundo Municipal de Assistência Social - **08 122 1002 2.080** Manutenção da Secretaria Municipal de Trabalho, Promoção e Assistência Social - **3.1.90.04.00** Contratação por Tempo Determinado





ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

PUBLICADO EM  
03/03/17  
em conformidade com a Lei Municipal  
nº 296/2009 de 08/04/2009  
Art. 2º, inciso III, da Lei de Publicação

**CLÁUSULA QUINTA – REGIME JURÍDICO:**

O Regime Jurídico da presente contratação é de natureza administrativa, regendo-se por princípios de direito público.

**CLÁUSULA SEXTA – REGIME PREVIDENCIÁRIO:**

O (a) **Contratado** (a) vincula-se ao Regime de Previdência Social da União, para o qual contribuirá obrigatoriamente.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DISTRATO E RESCISÃO:**

- 1) O distrato ocorrerá, a qualquer momento, por solicitação da **Contratante**, quando manifestar por escrito essa intenção, com antecedência mínima de 10 (dez) dias;
- 2) A rescisão, pela **Contratante**, verificar-se-á frente a ausência dos motivos que fundamentaram a contratação ou o inadimplemento de cláusula ou condição contratual;
- 3) Nas situações previstas nesta cláusula não será devida nenhuma indenização ao contratado.

**CLÁUSULA OITAVA – FORO:**

As partes interessadas elegem o foro da Justiça Estadual da Comarca de Concórdia do Pará, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para a solução das demandas legais deste instrumento.

E, por assim haverem acordados, declaram as partes aceitar todos os termos e disposições estabelecidas nas **CLÁUSULAS** do presente instrumento, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 04 (quatro) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo relacionadas.

Município de Concórdia do Pará/PA, 01 de fevereiro de 2017.

**ELINETE MARIA MUNIZ PEREIRA**  
CONTRATADO

**ELIAS GUIMARÃES SANTIAGO**  
Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará  
CONTRATANTE

Testemunhas:

1ª Mary Ríllua Correia Pinho

2ª Breno Trindade da Silva